

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8316, Fortaleza-CE - E-mail: for.10civel@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0175473-91.2019.8.06.0001**
Classe: **Procedimento Comum Cível**
Assunto: **Fornecimento de medicamentos**
Autor: **Arnaldo Moraes Pinheiro Filho**

Réu: **Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil**

Vistos, etc.

I. RELATÓRIO

Trata-se de obrigação de fazer c/c pedido de tutela de urgência proposta por ARNALDO MORAES PINHEIRO FILHO em face de CASSI- CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL.

Aduziu a parte autora, em síntese, que:

- a) O promovente é titular do contrato de assistência médica firmado com a ré, atualmente contabiliza 50 (cinquenta) anos, e desde seus 2 (dois) anos de idade possui diagnóstico de diabetes do tipo 1, e por força de sua patologia precisa do uso contínuo de insulina o que vem sendo feito sem o controle adequado;
- b) Para o controle de sua patologia, são necessários 02 (dois) frascos de 10 ml por mês de insulina ultrarrápida com a concentração de 100 UI de insulina Lantus ou Degludeca ao dia e 25 UI de insulina ultrarrápida 3 vezes ao dia;
- c) Em razão da urgente necessidade de mudança para um adequado e eficaz tratamento de sua patologia, faz-se absolutamente imprescindível e inadiável o uso de bomba de infusão contínua de insulina com sensor contínuo;
- d) O promovente formulou solicitação à Promovida CASSI o fornecimento do kit completo de instalação e manutenção da bomba de infusão de insulina contínua e os insumos materiais médicos descritos no laudo médico, tendo a promovida indeferido, através de negativa de autorização por escrito, e em razão disso se viu compelido a ajuizar a presente ação requerendo a condenação da ré.

Recebido o feito, este juízo proferiu decisão para deferir a gratuidade

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8316, Fortaleza-CE - E-mail: for.10civel@tjce.jus.br

judiciária, e deferir parcialmente a tutela de urgência (fls. 94/100).

Adiante, o promovente requereu o pedido de reconsideração da liminar (fls. 108/11), e em razão disso, este juízo reviu sua posição original em concedeu em sua totalidade o pedido de urgência (fls. 112/114).

Em seguida, após regularmente citada, a acionada juntou contestação alegando que: a) foi cumprida a decisão liminar, sendo fornecido uma bomba de infusão contínua de insulina; b) a CASSI é uma instituição de assistência social, sem fins lucrativos, de modo que a autogestão é um sistema onde os próprios associados dirigem sua instituição; c) o contrato de adesão estipula em suas cláusulas contratuais como será o uso e gozo dos serviços prestados pelo Plano de Assistência a Saúde, devendo obedecer a lei vigente, (Lei nº 9.656/98), a qual regula os Planos de Assistência a Saúde no Brasil; d) a negativa da promovida em fornecer BOMBA DE INFUSÃO CONTINUA DE INSULINA – SISTEMA COMBO DE INFUSÃO DE INSULINA: Bomba de Insulina: Accu-chek Spirit Combo + Smart Control: Accu-chek Performa Combo está pautada devidamente na ausência de cobertura contratual, razão por que a ação deve ser julgada inteiramente improcedente (fls. 123/145).

Adiante, foi anunciado o julgamento do feito (fls. 576), mas percebendo o equívoco, este juízo converteu o feito em diligência a fim de que a parte autora pudesse oferecer réplica (fls. 580).

Replicada a contestação (fls. 583/599), passou-se ao saneamento do feito, ocasião em que foram as partes instadas a manifestar eventual interesse na produção de provas outras (fls. 600), razão por que a promovida manifestou-se fazendo considerações remissivas (fls. 603/608), ao passo que a parte autora ficou silente (fls. 691). Bem por isso, vieram-me os autos conclusos para julgamento.

É o relatório. Passo a decidir.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A matéria em análise é eminentemente de direito e comporta o julgamento antecipado, nos termos do art. 355, do CPC/2015, motivo pelo qual passo a decidir.

O caso em exame o será norteado pelos princípios e regramentos previstos no Código Civil Brasileiro, especialmente porque a promovida é uma entidade de autogestão.

No caso específico, a adesão ao plano de saúde desde 20/05/2009. Bem como o laudo médico apresentado às fls. 35/37 dos autos evidenciam que o uso adequado do tratamento indicado pelo médico são de grande relevância para a manutenção de sua vida. Além disso em seu direito de prova, a promovente junta ações já judicializadas em que ingressou em juízo justamente por encontrar dificuldades em dar continuidade ao tratamento indicado pelo profissional da saúde em seu favor.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Fortaleza****10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)**

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8316, Fortaleza-CE - E-mail: for.10civel@tjce.jus.br

Por outro lado, a demandada arguiu em sua tese contestatória que inexistente obrigatoriedade por parte da ré em fornecer a medicação requerida, porque a CASSI não se trata de um plano de saúde, mas de uma instituição de autogestão, sem fins lucrativos. Em seguida, junta em seu acervo probatório o estatuto da CASSI (fls. 154/183), bem como as evidências de cumprimento da decisão proferida em sede de liminar (fls. 184/188), e ainda cópias do contrato de adesão firmado pela parte autora.

No entanto, analisando detidamente as provas acostadas aos autos, percebo e convenço-me que o laudo médico apresentado às fls. 35/37 é bem claro quanto à necessidade do paciente em fazer o tratamento prescrito nessas condições, dessa forma, é de se levar em consideração a autonomia médica do profissional capacitado que acompanha o caso, e além disso, embora no caso concreto não seja aplicado o Código de Defesa do Consumidor, é de rigor instruir que tal entendimento adotado pelo STJ na Súmula 608 não afasta as disposições do Código Civil que impedem que o plano de saúde aplique restrições não previstas no contrato de prestação de serviços.

Assim, a avaliação acerca da abusividade da conduta da recorrente ao negar o tratamento prescrito pelo médico do usuário efetivamente atrai a incidência do disposto no artigo 423 do CCB, pois as cláusulas ambíguas ou contraditórias devem ser interpretadas em favor do aderente.

Assim, é notório que o STJ já decidiu que o CDC não se aplica a contrato de plano de saúde administrado por entidade de autogestão – como no caso da Cassi – em razão da inexistência de relação de consumo. Todavia, a negativa de cobertura de tratamento devidamente prescrito deve ser analisada sob a ótica do Código Civil. Dessa forma, essa conjuntura demonstra que quando houver previsão contratual de cobertura da doença e respectiva prescrição médica do meio para o restabelecimento da saúde, independentemente da incidência das normas consumeristas, é dever da operadora de plano de saúde oferecer o tratamento indispensável ao usuário.

Nesse espeque, o fato da ré atuar na modalidade de “autogestão” não o isenta de atender às disposições insertas na Lei dos Planos e Seguros Privados de Saúde. A respeito do tema vejamos o que preconiza o art. 1º da Lei nº 9.656/98, in verbis:

“Art. 1º Submetem-se às disposições desta Lei as pessoas jurídicas de direito privado que operam planos de assistência à saúde, sem prejuízo do cumprimento da legislação específica que rege a sua atividade, adotando-se, para fins de aplicação das normas aqui estabelecidas, as seguintes definições:

I - Plano Privado de Assistência à Saúde: (...)

II - Operadora de Plano de Assistência à Saúde: pessoa jurídica constituída sob a modalidade de sociedade civil ou comercial, cooperativa, ou entidade de autogestão, que opere produto, serviço ou contrato de que trata o inciso I deste artigo;

III - Carteira: (...) (...) § 2º Incluem-se na abrangência desta Lei as cooperativas que operem os produtos de que tratam o inciso I e o § 1º deste artigo, bem assim as entidades ou empresas que mantêm sistemas de assistência à saúde, pela modalidade de autogestão ou de

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8316, Fortaleza-CE - E-mail: for.10civel@tjce.jus.br

administração”.

III. DISPOSITIVO

PROCEDENTES ANTE AO EXPOSTO, com fulcro no art. 487, inciso I do CPC, julgo os pedidos formulados pela parte autora, no sentido de:

a) Ratificar a tutela provisória já deferida às fls. 112/114, tornando-a definitiva;

b) Condenar a promovida à obrigação de fornecer ao promovente os seguintes itens: 1. Accu-check – Bomba de infusão Accu-chek Performa Combo com controle – 01 unidade. 2. Set de infusão Accu-check flexlink 8mmx60cm – 02 caixas com 10 cjs, cada. 3. Cânula Accu-chek flexlink 8mm – 02 caixas com 10 unidades, cada. 4. Cartucho plástico 3,15 ml – 02 caixas com 5 unidades, cada; 5. Pacote de serviço Accu-chek Combo – 02 unidades; 6. Tiras reagentes para detecção de glicose Accu-chek Performa – 01 caixa com 50 tiras; 7. Sensores Glicosímetro Free Style Libre – 03 unidades; 8. Lancetas descartáveis Accu-chek Fastclix – 50 unidades; 9. Accu-chek Spirit Clic Case – 01 unidade; 10. Accu-chek Link Assist aplicador – 01 unidade; e 11. Insulina NOVORAPID, HUMANLOG ou APIDRA – 05 frasco com 10 ml, cada;

c) Aplicar multa diária de R\$2.000,00 (dois mil reais), em caso de interrupção no fornecimento dos insumos acima especificados, limitados ao alcance monetário já fixado na tutela antecipada de fls. 94/100.

Cumpridas as formalidades legais, após o trânsito em julgado, nada sendo apresentado ou requerido, INTIME-SE a parte sucumbente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento e comprovação do pagamento das CUSTAS FINAIS, sob pena de remessa para dívida ativa do Estado do Ceará.

Decorrido o prazo legal, nada sendo apresentado ou requerido, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

P. R. I.

Fortaleza/CE, 20 de agosto de 2022.

MAGNO GOMES DE OLIVEIRA
Juiz de Direito